

SIMPÓSIO

HORIZONTES DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Maria Caroline Marmorolli Tresoldi¹

Karim Helayel²

O primeiro número da revista *Temáticas* veio a público em 1993, sendo editado por pós-graduandas/os em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). “Afirmção, polêmica e diálogo” foram os termos utilizados no primeiro editorial para descrever os propósitos da revista, que nascia com um duplo objetivo: (i) ser um espaço crítico para tratar de temas e questões de relevo nas Ciências Sociais e (ii) possibilitar a publicação de textos escritos por jovens pesquisadores/as. Esse duplo objetivo foi se concretizando por meio da publicação de dossiês temáticos, política editorial adotada nos primeiros anos de existência da revista. Analisando o histórico do periódico, é possível notar que cada número

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi editora da revista *Temáticas* entre 2016 e 2023. E-mail: carolinetresoldi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8218-5181>.

² Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: khelayel@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>.

tem um tema interdisciplinar, escolhido pelo comitê editorial tanto em função de sua relevância teórico-metodológica nas Ciências Sociais, quanto das pesquisas realizadas por pós-graduandas/os no IFCH/Unicamp, que frequentemente eram as/os principais organizadoras/es dos dossiês.

Como forma de comemorar as três décadas de publicação da revista, elencamos as principais áreas de pesquisa debatidas nas páginas da *Temáticas* para promover simpósios de discussão com especialistas dessas áreas. Mais especificamente, convidamos pesquisadoras/es e professoras/es que participaram de alguma maneira da revista – seja como editoras/es, organizadoras/es de dossiês, membros do conselho editorial ou autoras/es – para responderem algumas questões formuladas por pesquisadoras/es que também fazem parte da história da revista. Com isso, procuramos continuar promovendo “afirmação, polêmica e diálogo” para tratar de temas e problemas constitutivos de diferentes agendas de pesquisas das Ciências Sociais brasileiras.

Uma das principais áreas de pesquisa debatidas na *Temáticas* é a de **pensamento social brasileiro**, que aparece na discussão de pelo menos sete números da revista, sobretudo a partir dos anos 2000. Além de publicarmos artigos sobre autores clássicos e contemporâneos do pensamento social brasileiro, como, por exemplo, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Alberto Guerreiro Ramos etc., os dossiês também discutiram o movimento modernista e a obra de Mário de Andrade, o pensamento conservador e, mais recentemente, publicamos os dossiês “Interpretações do Brasil e dilemas contemporâneos” (n. 57/2021) e “Mulheres intérpretes do Brasil” (n. 59/2022), que se debruçaram, respectivamente, sobre interpretações contemporâneas do país, com foco nas questões étnico-raciais, e nas interpretações produzidas por escritoras, intelectuais e artistas mulheres que fizeram parte de debates decisivos em seus contextos e produziram inovações em suas áreas de atuação.

Tendo em vista a importância desta área de pesquisa na história da *Temáticas*, é com satisfação que apresentamos o **Simpósio: Horizontes do pensamento social brasileiro**, que reúne seis especialistas de diferentes gerações e instituições e que responderam, muito gentilmente, às quatro

questões que formulamos. Buscamos construir um proveitoso intercâmbio de ideias que pode auxiliar em um esforço mais amplo de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da área de pensamento social brasileiro.

Este simpósio que agora publicamos encontrou larga inspiração na proposta de Lília Schwarcz e André Botelho, que em 2011 organizaram dossiê para a revista *Lua Nova* sobre a área de pensamento social brasileiro. Na ocasião, Schwarcz e Botelho (2011b) publicaram o “Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro”, que reuniu doze das/os principais pesquisadoras/es da área. Doze anos após essa empreitada – e considerando o fortalecimento da área nos programas de pós-graduação e nas principais associações acadêmicas do país, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), tal como enfatizado por alguns dos participantes do simpósio³ –, procuramos discutir as possibilidades teórico-metodológicas e substantivas de nosso pensamento social para responder às novas questões que se abriram em decorrência dos acontecimentos da última década no país.

Entre os acontecimentos, podemos destacar as Jornadas de Junho de 2013, que completaram dez anos em 2023; a Operação Lava Jato, iniciada em 2014; o impeachment de Dilma Rousseff em 2016; a eleição do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro em 2018 e suas renitentes ameaças às instituições democráticas durante seus quatro anos no poder (2019-2022); a pandemia da Covid-19; a terceira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022; e, ainda mais recente, o dia 08 de janeiro de 2023, corporificação

³ Sobre esse ponto, interessa lembrar que em 2023 o GT de Pensamento Social no Brasil da Anpocs completa 40 anos de existência. Também convém notar que recentemente a SBS estimulou a formação de Comitês de Pesquisa (CP) de tradicionais Grupos de Trabalho, com vistas a se tornarem eixos acadêmicos permanentes de discussão. Na ocasião, o GT de Pensamento Social, organizado regularmente desde 2003, transformou-se em Comitê de Pesquisa, como lembra André Botelho em sua resposta à primeira questão deste simpósio. A proposta do CP ressalta o amadurecimento e consolidação da área nas últimas décadas, levando em consideração ainda seus novos desdobramentos e a capacidade da área em interperlar cognitivamente temas que vêm sendo discutidos contemporaneamente. O texto de apresentação ao CP de Pensamento Social da SBS está disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/comites/comite-de-pesquisa/cp20-pensamento-social/>>. Acesso em 06 de julho 2023.

mais radical de diversas mobilizações antidemocráticas que assolaram o país nos últimos anos. Em meio a esse turbilhão de acontecimentos, não podemos esquecer dos efeitos positivos da implementação das cotas étnico-raciais nas universidades públicas que, desde 2012, vêm mudando decisivamente o perfil das/os alunas/os ingressantes, primeiro na graduação e progressivamente na pós-graduação, promovendo uma pressão positiva nos currículos acadêmicos em geral, sobretudo no caso das ciências humanas. Ou seja, temos um Brasil muito distinto daquele no qual o simpósio da revista *Lua Nova* teve lugar, o que parece demandar um exercício de reflexão que possa nos permitir perscrutar as possibilidades e limites do repertório cognitivo do pensamento social brasileiro para lidar com as novas problemáticas que se delinearão na sociedade brasileira nos últimos anos.

Como podemos notar a partir da leitura do simpósio, as/os participantes contribuíram com observações sobre o amadurecimento da área e sua reflexividade como aspectos constitutivos cruciais, indicando ainda uma aposta na pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas em vigor, que desestabiliza a polarização entre texto e contexto que dominou por algum tempo os debates metodológicos da área. Na esteira dos acontecimentos dos últimos anos, pode ser assinalada, ainda, conforme as respostas das/os nossas/os convidadas/os, a relação entre as interpretações do Brasil e a democracia, haja vista as ameaças autoritárias que persistentemente procuraram colocar em xeque as instituições democráticas no período, não somente no Brasil, como em diversos países ao redor do mundo.

Para o presente simpósio contribuíram com reflexões valiosas sobre a área de pensamento social brasileiro as pesquisadoras **Arilda Arboleya** (UFPI), **Elide Rugai Bastos** (Unicamp) e **Lilia Schwarcz** (USP/Princeton), e os pesquisadores **André Botelho** (UFRJ), **João Marcelo Maia** (FGV/RJ) e **Mário Medeiros** (Unicamp), cujas respostas, nem sempre convergentes, aportam formulações fundamentais para o exercício reflexivo proposto no simpósio que o público leitor terá a oportunidade de conferir. Agradecemos aos/às nossos/as convidados/as pela participação nessa comemoração dos 30 anos da *Temáticas* e desejamos a todas/os uma ótima leitura!

SIMPÓSIO

1) Como você analisa o desenvolvimento da área de pensamento social brasileiro nas últimas três décadas? Quais foram os aspectos mais relevantes para o processo de consolidação da área de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais produzidas no país?

André Botelho: Em primeiro lugar, concordo com vocês. Houve, ao longo das últimas três décadas, uma consolidação da área de pensamento social brasileiro. Tanto do ponto de vista da sua institucionalização em programas de pós-graduação das Ciências Sociais, com o incremento de defesa de teses, contratação de quadros docentes etc., quanto do ponto de vista da produção e da circulação do conhecimento da área, com publicações, coleções em editoras, artigos em periódicos, jornais e blogs especializados, além de grupos de trabalhos no âmbito das principais associações da área, destacando a consolidação do Comitê de Pesquisa (CPs) de Pensamento Social da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na última década.

Em segundo lugar, não posso deixar de associar esse crescimento institucional com o contexto das Ciências Sociais mais amplo e o da própria sociedade brasileira no período. Nesse aspecto quero destacar dois movimentos. O primeiro foi a chegada às universidades públicas de indivíduos e grupos sociais historicamente excluídos, como pretos, pardos e pobres por meio de políticas públicas de democratização do acesso e dos próprios repertórios das Ciências Sociais como um todo, que passaram a veicular experiências e preocupações desses grupos. Se somarmos esse movimento ao do fortalecimento da chamada nova onda feminista, constatamos um incremento da produção da área de pensamento social, com críticas ao seu cânone, redescobertas de autores etc., para o qual não faltaram conflitos e embates mais diretos, inclusive.

O segundo movimento, ainda mais geral, diz respeito ao fato de que as últimas três décadas compreendem o que parecia ser a consolidação da democracia no Brasil e no mundo. Mas o que vimos no Brasil desde 2013

foi sua crise aguda, com avanços de grupos de opinião conservadores e autoritários organizados em novas e velhas mídias; surgimento de atores e grupos políticos autoritários; desmonte de instituições e ataque a direitos que pareciam consolidados e em franca expansão. Como observava Octavio Ianni, nesses momentos de crise, a sociedade brasileira é levada a se repensar em conjunto e o pensamento social e as chamadas “interpretações do Brasil” se mostram um repertório consistente e criativo para tanto.

Arilda Arboleya: Me construí pesquisadora no curso desse desenvolvimento e consolidação da grande área de investigação que é o pensamento social brasileiro. Minha iniciação na pesquisa acadêmica durante a graduação, ainda no oeste paranaense, deu-se num movimento simultâneo de descoberta do objeto e das conformações da área pela qual o indagava. Lembro que, nesse período, as inquirições que me chegavam acerca da escolha do meu objeto nunca vinham desacompanhadas de indagações acerca das qualificadoras do próprio campo do pensamento social brasileiro, cuja nomeação ainda não remetia imediatamente à “coisa” e às suas formas típicas de fazer.

Esse exercício retrospectivo, recobrando o contexto de minha formação inicial, transfere expoente fático aos marcadores do desenvolvimento da área, cuja maior expressão reside exatamente na identificação do campo que o nome hoje projeta. De outro modo, as últimas décadas deram curso a um processo de enraizamento, extensão geográfica e lapidação da identidade do campo – conquista essa tributária do próprio trabalho engajado de debater os produtos acadêmicos concomitantemente ao debate das particularidades da área, combinando uma reflexão crítica do “o que” e com o “como”, que concorreu para a cristalização de suas práticas.

Esse movimento é observável em diversos textos críticos, nem sempre convergentes, publicados por pesquisadores de referências na área desde a virada do século, especialmente em periódicos de ampla circulação. Fez-se também recorrente nas principais arenas de reunião acadêmica,

como a Anpocs, a SBS e outros relevantes eventos nacionais e regionais voltados ao debate de pesquisas de pós-graduação.

São também indicadores desse desenvolvimento e consolidação da área, a sua presença, durabilidade e sustentabilidade enquanto Grupos de Trabalhos, Simpósios de Pesquisa e Oficinas Temáticas nas arenas acadêmicas supracitadas. Anote-se, ainda, sua recorrência nos principais periódicos das Ciências Sociais brasileiras, bem como em diversos periódicos voltados especialmente à divulgação das pesquisas produzidas por discentes da pós-graduação nacional, como é o caso da própria revista *Temáticas*. Tal presença nesses últimos espaços de publicação é também índice particularmente relevante por denotar a penetração da área nos diversos programas de pós-graduação em Ciências Sociais do Brasil, sendo essa ampla expansão expressa, ainda, na forma de grupos de pesquisa registrados no CNPq.

Ao longo desse percurso, nesse mesmo esforço de autodefinição em meio aos desafios dos imperativos interdisciplinares que a envolvem, a área foi firmando uma trama de temas e de formas de fazer e se afinando entre tradições e renovações. Com a força expressa nos termômetros práticos acima elencados, ela congregou uma fortuna de conteúdos e estratégias deslindadoras das formas explicativas, dos atores que as pautam e dos recursos de circulação de ideias acerca dos condicionantes da ordem social brasileira. Esse grande fôlego nas Ciências Sociais nacionais decorre, pois, de sua capacidade de iluminar dilemas atuais a partir da exploração de ideários sociais que, entre contingências estruturais, concorreram para a conformação de realidades sociais.

Elide Rugai Bastos: A área de pensamento social brasileiro, nas últimas três décadas, tem apresentado uma dinâmica expressiva, que se traduz em publicações, encontros, cursos e, ainda, na formação de redes de pesquisa que ultrapassam o âmbito nacional. Definiu-se, nesse período, um alargamento caracterizado pela multidisciplinaridade, pois se tornou constante a interface com disciplinas, além daquelas das Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – uma incorporação de pesquisas nas áreas da Arte, Literatura, História e Filosofia. Mas o traço

que me parece mais importante é a afirmação de sua contemporaneidade, superando críticas que a viam como uma área de conhecimento antiquado e que em nada contribuía para a percepção dos dilemas do mundo moderno. As indagações sobre as razões da perpetuação de problemas que afetam a sociedade brasileira, tais como a pobreza, a distribuição desigual da renda, a discriminação racial, o autoritarismo, levaram os analistas a procurarem entender o caminho desse processo de reprodução de atores numa situação social marcada pela precariedade. Assim, foi natural a aproximação dessas perguntas aos temas discutidos no passado e a busca de compreensão do “como” e do “porquê” dessa manutenção.

Muitos aspectos se apresentam como relevantes e marcam os diferentes perfis assumidos pelos debates que não se restringem à situação nacional, mas comportam elementos centrais da Sociologia, que cito especialmente por se tratar da disciplina com que tenho familiaridade, embora acentue a importância da abertura multidisciplinar. Lembro especialmente *mudanças sociais, modernidade e modernização*. Nesse sentido, a ampliação apontada compõe-se de duplo aspecto de investigação: teórica e histórica. Em outras palavras, o diálogo do pensamento social brasileiro com a produção internacional é muito claro, pois temas como pós-colonialismo, relações oriente-ocidente, coexistência igualdade-diferença, alteridade e reconhecimento, entre outros, estão no eixo do debate nas áreas das ciências humanas e se tornaram obrigatórios na reflexão sociológica.

Essa aproximação temática, com consequências teórico-metodológicas, reacende uma discussão cara à teoria da literatura à qual precisamos sempre recorrer. Como colonizados, herdeiros de uma situação diferenciada entre a cultura local e a oriunda da metrópole, perguntamos de que modo a produção sociológica deve dar conta da tradição teórica e das particularidades da sociedade nacional. Copiar as propostas conceituais elaboradas na metrópole, apenas ilustrando-as com nossas particularidades? Ou ater-se sempre à situação concreta e no máximo ver como as categorias analíticas respondem aos nossos problemas? Ainda, como tentar elaborar saídas teóricas próprias, abandonando o que Guerreiro Ramos chamava *sociologia enlatada*? São estes alguns dos dilemas que encontramos nas chamadas *interpretações do Brasil*, que se tornaram

clássicas. Como vocês, na próxima questão, indagam sobre as diferentes perspectivas teórico-metodológicas, abordarei esses impasses a que me referi ao refletir sobre essa pergunta.

João Marcelo Maia: Acho que a área de pensamento social brasileiro passou por um notável processo de institucionalização, desdobrando-se em linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, grupos de trabalho em associações científicas e laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Além disso, a disciplina de “pensamento social brasileiro” (ou “Interpretações do Brasil”) é parte obrigatória de vários itinerários formativos em cursos de Ciências Sociais espalhados pelo Brasil, o que indica a centralidade dessa agenda.

Penso que alguns fatores foram extremamente relevantes para essa consolidação, entre os quais destaco: a) a consistência e a regularidade do GT de mesmo nome no seio da Anpocs, constituindo-se como um dos grupos mais tradicionais da associação (OLIVEIRA, 1999) – aliás, em 2023, o grupo vai se encontrar novamente, sempre renovando seus coordenadores e recrutando novos/as pesquisadores/as; b) a própria centralidade cognitiva das chamadas “interpretações do Brasil” na formação das modernas Ciências Sociais brasileiras, tema que foi bem trabalhado por Nísia Trindade Lima (1999) e André Botelho (2007); e c) o trabalho ativo das redes organizadas em torno do tema, que lograram produzir várias meta-análises e balanços bibliográficos que funcionaram tanto como balizadores do campo como artefatos na batalha por legitimidade científica (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011a; BRASIL, JR. *et al*, 2020). Pode-se dizer que esses balanços já poderiam se constituir inclusive em um objeto de pesquisa, tamanha sua densidade intelectual e os seus efeitos na conformação do campo.

Finalmente, é importante também notar que a área se autodescreve como uma espécie de consciência crítica do próprio universo das Ciências Sociais. De certo modo, é como se ela fornecesse o instrumental analítico para pensarmos a história e as tensões de todos os outros campos, em um trabalho constante de investigação sobre gêneses de conceitos, linhas, famílias, teorias e agentes intelectuais. Essa autodescrição, que

é compartilhada entre muitos dos estudiosos do campo, confere ao pensamento social uma tendência integrativa e interdisciplinar, numa perspectiva que vai de encontro às tendências de especialização e fragmentação que marcam a institucionalização das Ciências Sociais no país durante as últimas décadas.

Lilia Schwarcz: Penso que a área tem se desenvolvido de maneira muito saudável, com novas pesquisas explorando não só novos personagens, como suportes e áreas de conhecimento pouco exploradas. Chama a atenção o questionamento da noção de “arquivo” e os limites do assim chamado “arquivo colonial”. Nesse sentido, parece estar em questão não apenas os intérpretes selecionados, como também a própria produção do conhecimento, e as formas como é feito a partir de lembranças e esquecimentos.

Nessa direção é que se percebe, igualmente, a inclusão de figuras antes consideradas “subordinadas” ao campo. Refiro-me a intérpretes sambistas, capoeiristas, artistas, membros de comunidades, trabalhadores e trabalhadoras, que antes não faziam parte das análises privilegiadas pela área – até porque não compareciam nos mesmos arquivos.

Também se destaca o acento à atuação de mulheres, pelos mesmos motivos excluídas ou pouco presentes nas análises; bem como a presença de pessoas da comunidade LGBTQIA+ e líderes indígenas, quilombolas e dos movimentos negros.

Mário Medeiros: Assim como a universidade pública, a área de pensamento social não está apartada do mundo e ambas foram atravessadas por processos de mudança social importantes nas últimas décadas. Os campi se alteraram em função da diversidade possível aberta pelas ações afirmativas para negros e indígenas, pela maior entrada de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e filhos de trabalhadoras/es pobres em geral. A área de pesquisa, como demonstrou um levantamento recente conduzido por Antonio Brasil Jr, Luiz Jackson e Marcelo Paiva (2020), de maneira quase coincidente, teve mudanças que, se não espelharam transformações da sociedade, foram sentidas pelas perguntas elaboradas

por pesquisadoras/es, muitas/os contemporâneas/os dessas mudanças e com marcadores sociais da diferença daqueles grupos sociais. Felizmente, o desenvolvimento da área não foi indiferente a isso.

2) Como já foi indicado inúmeras vezes, a área de pensamento social brasileiro é marcada por uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas. Durante muito tempo, alguns pesquisadores priorizaram a análise interna dos textos, enquanto outros apostaram numa abordagem contextualista. Há também os que buscaram construir uma análise imbricada entre texto e contexto. Como você vê, atualmente, o debate teórico-metodológico da área? Quais seriam seus limites, possibilidades e desafios? Há alguma nova perspectiva emergente e que poderia ser destacada?

André Botelho: Creio que nessas três últimas décadas a área do pensamento social depurou uma série de conflitos de ordem metodológica, mas, sobretudo, a metodologia deixou de ser considerada em si mesma como explicativa das interpretações. Considero isso muito importante. É um avanço muito significativo para a área que, hoje, não se dissocie método e teoria social com a legitimidade com que isso era feito no passado. Por certo, esse movimento está ligado a uma série de mudanças nas Ciências Sociais internacionalmente consideradas, mas penso que o papel da área do pensamento social tem sido muito relevante na face brasileira desse movimento geral.

Para evocar uma ideia potente do final do século passado, o “consenso ortodoxo” de que os atores sociais seriam marionetes dopadas por forças sociais que não compreenderiam se quebrou. Nesse sentido, a questão da reflexividade abriu muitas possibilidades para compreender as interpretações do Brasil como “forças sociais reflexivas”. Penso ter havido mesmo uma espécie de “passagem” do debate em termos de “ideologia” para o de “forças sociais”, que recoloca em novas bases questões perenes sobre a relação indivíduo e sociedade – inescapável também no pensamento social, ao menos se praticado nos quadros da Sociologia.

Arilda Arboleya: Tratando das controvérsias teóricas e epistemológicas da Sociologia às vésperas do fim do século XX, Octávio Ianni (1990) nos lembrava da complexidade do objeto sociológico e do caráter inescapavelmente dinâmico do social para nos alertar que a alardeada “crise” de paradigmas não era propriamente uma crise, mas a condição de ser da própria Sociologia. A mesma chave de raciocínio pode ser empregada acerca do debate teórico-metodológico texto/contexto que intercruza o pensamento social brasileiro: longe de ser fator desagregador, a problematização metodológica é inerente ao fluxo de vitalidade da área no imperativo exercício de pensar-se a si mesma em sua conformação, finalidades e estratégias sustentadoras de uma identidade. Nem por isso, todavia, trata-se de um exercício fácil, já que implica tensionar certezas eruditas que vão se acomodando na prática da pesquisa, criando casulos nos quais tendemos a nos aninhar confortavelmente.

Como recurso de autolapidação no curso do desenvolvimento social e científico, o questionar paradigmas e desnaturalizar as formas de fazer cristalizadas é também um movimento desconfortável, pois implica indagar as próprias práticas e desestabilizar a jurisprudência secreta que norteia os modos de fazer estabelecidos. Esse desconforto explica, embora não legitime, eventuais fugas da discussão metodológica, contra as quais vale lembrar a máxima científica de que o conhecimento se funda numa constante refazenda imposta na constância das transformações sócio-históricas, de modo que a revisão das formas estabelecidas é intrínseca ao próprio fazer ciência do social.

A dificuldade parece estar, porém, em alcançar um equilíbrio entre a conservação de uma identidade de área forjada em um *métier* característico duramente conquistado (interpretações do Brasil, nação e formação, intelectuais e biografias) e os imperativos de revisão de práticas forjadas no fluxo das transformações sociais e intelectuais recentes (estas particularmente estimuladas no giro decolonial). Assim, o grande desafio reside em, sem deixar de ser, sem se despir de sua socialização de ofício, processar as urgências de novas estratégias de produção de respostas frente às reconfigurações emergentes do saber.

O reforço do diálogo com os avanços de outras áreas, a consideração de outros instrumentos, formas e canais de circulação de ideias não-canônicas que vem se consolidando no cotidiano social, a abertura ampla à diversidade temática e de atores do pensamento social brasileiro, e a incorporação de ferramentas tecnológicas de pesquisa qualitativa parecem compor caminhos emergentes na área, que paulatinamente passam a compor sua agenda – sem, contudo, desprezar lições canônicas. Tais pautas vêm ascendendo na produção acadêmica e ganhando espaço nas principais arenas científicas e não podem ser desacompanhadas de uma efetiva discussão metodológica que pondere acerca das formas de objetivação explicativa das plataformas de sentido que transitam socialmente, propiciando a constituição de uma competência sociológica presente, para além do conhecimento das técnicas ou da exposição dos resultados, na própria problematização das escolhas. É neste tensionar do próprio tensionamento que se pode ponderar sobre os ganhos e limites do processo de inovação.

Elide Rugai Bastos: Trata-se de questão complexa. Vocês lembram, com muito acerto, que a área de pensamento social brasileiro é marcada por uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas. Vale a pena recordar uma frase de Fredric Jameson em *O inconsciente político* – “o método é um campo de conflito”. Sabemos que isso leva, simultaneamente, tanto a polêmicas como a complementações. É preciso apontar que o método escolhido é precedido pela eleição da unidade empírica de análise, fundamental para a base teórica. Nesse caso, por exemplo, a aceitação da condição “metrópole/ex-colônia” é importante para alguns analistas e não para outros. Não estou considerando essas escolhas como abordagens verdadeiras ou falsas, mas temos que perceber o alcance e os limites de cada instrumento analítico. Não se trata de bandido contra mocinho, mas sempre escolhemos um ou outro lado. Daí a existência do conflito.

Tomando os exemplos de abordagem teórico-metodológicas que vocês apontam, comento-as brevemente. Muitas vezes a análise interna dos textos, sem dúvida muito importante, considera que os textos são independentes do tempo e do espaço em que foram escritos, não havendo

diferença se em Jacarta ou Amsterdam. Sem apontar as circunstâncias dessa escritura, perdemos a verossimilhança que lhe é constitutiva. Se o aspecto contexto, no sentido de tempo e espaço, for isolado das ideias que o texto expressa, corremos o risco de reduzir a contribuição dos autores a uma visão falsa de unidade sobre a problemática do tempo, esquecendo que as representações da sociedade dependem de elementos múltiplos, entre os quais a linguagem é o instrumento de iluminação das diferentes situações e que o perfil do autor apresenta, também, uma face importante. Mas isolar a análise do contexto sem referência ao conteúdo do texto é perder um aspecto fundamental sobre o papel das ideias como forças sociais. Desse modo, a combinação dos dois olhares, a imbricação de texto e contexto, seria a saída mais apropriada. No entanto, essa afirmação é generalizante e com tal abrangência não é de fácil consecução. Séculos de discussão sobre a teoria do conhecimento puseram em oposição as diferentes perspectivas de percepção do objeto a ser analisado.

Na Sociologia, nossa eterna assombração foi a compatibilização entre o *objetivo* e o *subjetivo*, que, sem dúvida, está no cerne da controvérsia teórico-metodológica que vocês apontam. Não entro nessa discussão, mas assinalo que a noção de contexto ganha muitas perspectivas que contribuem para pensar esses dois aspectos. No século XX não só o avanço dos meios de comunicação como acontecimentos importantes alteraram as interpretações sobre “a ordem do mundo” – refiro-me, por exemplo, às duas guerras mundiais, à revolução russa e às mudanças geopolíticas resultantes do desenlace dessas duas situações – colocando em xeque as interpretações universalizantes sobre a sociedade. A discussão sobre o alcance e o limite do conhecimento, a compatibilização entre o teórico e o empírico, levaram a uma abordagem revolucionária sobre o conhecimento, a ciência e a filosofia. É bem conhecido o papel de Edmund Husserl nessa direção ao propor a filosofia fenomenológica, isto é, um novo modo de observar os objetos e perceber como nós os constituímos. Desculpem-me a simplificação que faço sobre tema tão complexo, mas quero apontar, brevemente, como os vários autores, diante dessa visão revolucionária, propuseram a amplificação da formulação sobre “contexto” e enriqueceram a análise do pensamento social.

Muitos pesquisadores ampliaram essa proposta, cito apenas alguns: Merleau-Ponty, Alfred Schutz – que se dedicou à Sociologia fenomenológica – e, mais proximamente, Jacques Derrida. Novos problemas foram colocados à Sociologia. A tese sobre como constituímos o objeto do conhecimento levou a que se voltasse ao velho problema da relação *objetivo/subjetivo*. No Brasil, na área de Ciências Sociais, durante os anos 1970, muito se discutiu uma versão simplificada desse debate a partir do livro de Peter Berger e Thomas Luckmann, *A construção social da realidade. Tratado de teoria do conhecimento*. Os autores foram discípulos de Schutz, que descreve a experiência de percepção dos fatos e das coisas de modo inseparável do mundo, apontando a importância do “mundo da vida”, da tensão entre vida e pensamento. Relembrando as teses de George Mead sobre a relação *mind* e *self*, o livro mostra que a passagem do primeiro para o segundo se processa via socialização, que ocorre no cenário de condições várias, que operam no condicionamento da percepção do sujeito desse processo – de modo geral, corpo, local, situação social, econômica e cultural – vistas como condicionamentos *a priori* do conhecimento. O autor dá ênfase à linguagem, que expressaria melhor o peso que essas situações operam na formação do *self*, pois decorre de sua combinação. Esses *a priori* se constituem nos diferentes contextos que conformam a capacidade de perceber o que nos cerca. É como se estivéssemos diante de um objeto prismático no qual a luz ilumina melhor uma face do que as outras. Por essa razão, a percepção dos objetos, das relações sociais e dos conflitos não é igual para todos os indivíduos, mesmo coetâneos.

No campo das Ciências Sociais, essa perspectiva ampliada colocou aspectos antes não considerados explicativos a serem levados em conta. Por exemplo, os procedimentos de desconstrução, a perspectiva de representação como alternativa à de realidade, a alteridade, o reconhecimento etc. Isso trouxe novos ângulos a serem abordados pelo pensamento social brasileiro, nos últimos anos bem assentado na Sociologia Política, que se expressam em termos de operacionalização da pesquisa. Infelizmente já ultrapassei os limites que colocam a cada resposta, por isso fico por aqui, deixando em suspenso várias de minhas provocações.

João Marcelo Maia: De fato não sei se essa tensão entre textualismo e contextualismo dá conta da história das controvérsias metodológicas nesse campo e da própria diversidade de agendas e estilos de trabalho de muitos dos seus principais pesquisadores. É claro, por exemplo, que os trabalhos de Sérgio Miceli (2001) são fortemente marcados por uma abordagem sociológica mais “dura”, que visa explicar os processos intelectuais à luz dos condicionantes sociais dos agentes e das hierarquias e morfologia dos espaços em que atuavam, o que efetivamente contribuiu para consolidar a imagem pública do que chamamos de “contextualismo”. Entretanto, há outros aspectos no trabalho do próprio Miceli que poderiam ser ressaltados e que foram obscurecidos por essa ênfase, como a análise da dimensão periférica dos espaços intelectuais no Brasil e na América Latina em relação aos centros hegemônicos e do impacto dessa dimensão na fatura das obras, um ponto trabalhado de forma mais cuidadosa no livro *Nacional Estrangeiro* (MICELI, 2003) e que foi bem apontado por Maria Arminda em um artigo sobre sociologia dos intelectuais e pensamento social (ARRUDA, 2004).

Por outro lado, trabalhos como os de Ricardo Benzaquen de Araújo (2014) ou Luiz Werneck Vianna (1997), ambos pesquisadores altamente influentes no campo, eram de fato mais orientados a uma discussão centrada nos sentidos interpretativos abertos pelos textos, mas por vias totalmente diversas. Chamá-los de “textualistas” não faria jus nem ao modo como Ricardo analisava as formas de modelagem das subjetividades intelectuais, um processo que envolvia paixões bem reais e a interação de indivíduos concretos, nem ao modo como Werneck acionava textos clássicos para ativar uma interpelação contemporânea da sociedade brasileira, em um movimento que partia de outras referências teóricas, em especial Gramsci. Quando olhamos outros/as estudiosos/as influentes na área, essa diversidade se repete. No caso de Helena Bomeny, por exemplo, seus trabalhos seriam textualistas ou contextualistas? Afinal, as suas análises sobre os intelectuais modernistas mineiros eram totalmente ancoradas em uma discussão sobre as dinâmicas de poder do Estado Novo (BOMENY, 2001). Do mesmo modo, o hoje clássico estudo de Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) sobre André Rebouças combinava

Sociologia, História e reconstrução biográfica, articulando uma delicada análise da imaginação americana de Rebouças a uma investigação de sua trajetória como engenheiro no Segundo Reinado.

Finalmente, creio que todos os principais trabalhos do campo que dedicaram especial atenção à estruturação das formas culturais, também embaralharam os termos desse debate. Penso nas investigações que lançaram mão do conceito de “processo social” para desvendar textos da literatura brasileira (BASTOS, 2010; CHAGURI, 2009; CHAGURI; MEDEIROS, 2014), e no estudo clássico de Maria Arminda sobre a cultura de São Paulo em meados do século XX (ARRUDA, 2001), em que a atenção às dinâmicas urbanas como um dos vetores explicativos não implica descuido com o exame das linguagens artísticas estudadas. Esse balanço pode ser visto também nas pesquisas mais específicas sobre artes plásticas que nasceram de interlocução com o campo, como os escritos de Gláucia Villas Bôas (2022) sobre arte moderna, que exploraram as dinâmicas de sociabilidade e interação forjadas entre os produtores e no estudo de Lília Schwarcz (2017) sobre o pintor francês Taunay. É claro que todos esses trabalhos seguem caminhos metodológicos próprios e se inspiram em perspectivas teóricas distintas, mas em todos podemos ver um saudável embaralhamento de visadas “textualistas” e “contextualistas”.

Essa impressão de uma dualidade entre contextualismo e textualismo talvez derive da própria falta de uma reflexão metodológica mais organizada e regular no campo, que poderia contribuir para revelar essa pluralidade de análises e explorá-la mais a fundo. Acho que muitas questões interessantes sobre os padrões de trabalho na área poderiam emergir dessa reflexão. Por exemplo, como diferentes analistas empregaram os arquivos pessoais de cientistas e escritores para a construção de seus trabalhos? Como a área de pensamento social trabalhou com fontes documentais, e como se aproximou – e posteriormente se separou – dos historiadores?

Por fim, creio que há três eixos analíticos que me parecem centrais para o futuro da disciplina. São eles: i) a aposta em processos de *distant reading* via técnicas de pesquisa das Humanidades Digitais, como se vê nos trabalhos de Antônio Brasil e Lucas Carvalho (2020); ii) a ênfase em abordagens comparativas e transnacionais de instituições culturais

ou científicas, livros e agentes intelectuais (JACKSON; BLANCO, 2014; MAIO; LOPES, 2015; MAIA, 2014), também notável nos estudos culturais latino-americanos (MONTEIRO, 2009; TRESOLDI, 2019); iii) a redescoberta de autores e/ou obras tidas como marginalizadas pelo cânone (GATO, 2018) ou a produção de novas visadas sobre intelectuais consagrados a partir de agendas que dialogam com o presente, como fez Mário Medeiros (2018) para o caso de Florestan Fernandes e outros sociólogos paulistas, André Botelho e Maurício Hoelz (2022) para Mário de Andrade e Belinelli e Helayel (2022) para a obra de Fernando Henrique Cardoso.

Lilia Schwarcz: Na minha opinião, essa se tornou, com o tempo, uma falsa questão metodológica. Não há, por exemplo, como renunciar a entender o contexto em que um autor/a/e se insere. Cada vez mais se evidencia como o pensamento é coletivo e realizado em rede. Por isso, entender de que maneira uma figura atua, implica iluminar o momento em que viveu e o grupo de pessoas com as quais conviveu. Implica também em incluir os eventos que marcaram a esse autor/a/e, as privações ou oportunidades a que esteve sujeito/a/e, as utopias de seu momento, bem como limitações. Nessa perspectiva, as investigações têm se aproximado muito das estratégias de historiadores que primam por escrutinar o tempo dos personagens que estudam.

Por outro lado, foi se tornando cada vez mais urgente a análise interna das obras e documentos deixados pelos intérpretes selecionados nas pesquisas. Os textos, as fontes e os trabalhos conformam a carpintaria básica da área de pensamento social; seu grande trunfo, diria eu. Analisar o que dizem os ensaios na minúcia e com o rigor que merecem, fazer um corpo a corpo com as obras e interpretar os intérpretes é estratégia indiscutível para a área de pensamento social. Pensada nessa via, a área tem estabelecido relações e paralelos com estratégias e aparatos das obras de crítica literária e artística, que primam por dissecar os textos e obras sobre os quais se debruçam.

Mas, como escrevi no começo dessa resposta, esse é talvez, e na atualidade, um falso problema, pois essas duas metodologias não se separam na análise. Na verdade, se alimentam e se atravessam.

Mário Medeiros: A perspectiva que sempre me pareceu mais interessante é da articulação entre análise textual (documental) e o estudo contextualista (as mudanças sociais) que permitem articular as ideias como forças sociais. Ou seja: compreender que as fontes documentais não brotam do nada, que as ideias e ações de autores, instituições, grupos e movimentos sociais não são produto do acaso, genialidade ou excepcionalidade. De outro lado, o contexto é moldável e mutável pelos agentes que nele intervêm e constroem ideias, instituições sociais, textos etc. Portanto, é a fina articulação entre texto e contexto que me parece ser a interpelação metodológica mais interessante para as pesquisas na área de pensamento social.

Ela não pode descurar também de outras possibilidades: entrevistas estruturadas, pesquisa em arquivos e instituições de salvaguarda de memória e análise de redes, por exemplo. O que me parece fecundo para a análise também é trabalhar em duas outras frentes: i) em perspectiva transnacional, demonstrando que questões aparentemente brasileiras não estão descoladas de debates internacionais e fazem parte da história mundial (isso é próprio da área, mas por vezes críticos esquecem); e ii) a atualização dos debates e a conexão de sentidos entre o presente e o passado das ideias e ações. De que maneira se atualizam as ideias e ações conservadoras no Brasil? De que forma as lutas progressistas por mudanças sociais hoje têm diálogo com um longo fio esquecido e tracejado de demandas do passado? Parece uma história do “passado que não passa”, porém se trata de levar a sério o que seja processo social e que as ideias e ações têm continuidades e descontinuidades.

3) A última década no Brasil foi atravessada por crises e momentos de instabilidades que não apenas afetaram a sociedade e as instituições, como colocaram em xeque a própria democracia. A ameaça à democracia, contudo, não constitui idiosincrasia do

caso brasileiro. Quais seriam os textos e categorias analíticas do repertório do pensamento social brasileiro que você destacaria para a compreensão e explicação dos dilemas decorrentes das crises recentes enfrentadas pelo país? A seu ver, qual seria o alcance das formulações da área para interpelar a compreensão de problemas similares enfrentados por outras sociedades?

André Botelho: Como já abordei a questão geral na resposta à primeira pergunta, vou me permitir dar dois exemplos de como, no âmbito do grupo de pesquisa de que faço parte, o Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (UFRJ, UFF & UFRRJ), nós temos enfrentado o problema. O primeiro exemplo se refere à frente de pesquisa que vimos desenvolvendo especialmente em colaboração com o professor Antonio Brasil em torno, primeiro, de uma revisão da obra de Florestan Fernandes, em especial, do sentido heurístico da categoria de “autocracia burguesa” para qualificar e distinguir formas de “exercício” do poder político das formas sociais de “organização” do poder político. Segundo, da investigação sobre as possibilidades e limites do comportamento das chamadas “classes médias” numa ordem social senhorial e política autocrática (BOTELHO; BRASIL JR., 2020). Por certo, isso remonta também ao meu interesse precípuo sobre a relação Estado e sociedade no Brasil, cujos principais resultados estão em grande parte formalizados no livro *O Retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*, de 2019.

O segundo exemplo é a construção de uma abordagem renovada das relações entre cultura e política por meio de uma nova categoria de “movimentos culturais” a que temos nos dedicado, sobretudo, em colaboração com o professor Maurício Hoelz. A preocupação com o papel da cultura não como um reflexo mais ou menos condicionado, mas como uma espécie de ambiente no qual convivem estruturas e ações tanto individuais quanto coletivas nos permite rever as bases do debate sobre o legado do modernismo – como movimento cultural – nos processos de democratização da cultura, suas relações e também desacoplamentos com a política. É o que tentamos realizar no livro *O modernismo como movimento cultural*, de 2022. A discussão sobre democratização da cultura

e aprendizado social da sociedade pauta, igualmente, as ações mais amplas do projeto coletivo “MinasMundo: o cosmopolitismo na cultura brasileira” que, hoje, reúne mais de 70 pesquisadores e pesquisadoras de várias regiões, instituições e áreas disciplinares do Brasil e do exterior.⁴

Arilda Arboleya: Sem admitir atavismos, as produções do pensamento social brasileiro permitem localizar raízes históricas das crises contemporaneamente experimentadas, vinculadas aos dilemas renitentes de nossa democratização social. Enredam-se, assim, no balanço crítico reativo ao movimento de desverticalização das relações sociais, juridicamente fundado em 1988, em uma sociedade que se aprendeu naturalmente verticalizada. O tólos dessa convulsão parece, pois, provir do esforço de enfrentamento ao modelo social historicamente fixado na mobilização de privilégios e na negação da lógica de direitos, expressando-se nas disputas narrativas acerca destes significados.

Dentre muitos possíveis, vale destacar dois textos clássicos de acentuada relevância para a reflexão sobre os marcadores autoritários nacionais. Em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, podemos localizar um repertório de autoritarismo de Estado para a reforma social que se fez persistente na história nacional e que ainda ecoa, politicamente adaptado. Identificando a conformação de um modelo de sociabilidade – “psicologia política” – atribuído aos povos interioranos como o cerne de uma lógica societária em que, pela configuração rural clânica, direitos de liberdade seriam significados como dádivas de um provedor forte, o autor entende que esse processo teria arregimentado um padrão de subordinação e dependência de chefes locais, pelo caráter imanentemente frágil do homem pobre. Este viveria sob o jugo constante de “semi-autoritarismos difusos”, contra os quais – dada a ausência de instituições capazes de dar-lhe garantias e sua “íntima convicção de fraqueza” e “incapacidade” incorporada – o único recurso reverso para prover organicidade nacional e reforma do substrato social seria um

⁴ Sobre MinasMundo, conferir o site do projeto: <https://projctominasmundo.com.br>.

Estado forte, com um condutor forte. Portanto, uma força arbitrária como solução.

Embora rejeitando este receituário da centralização estatal, em *Casa-grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a leitura sobre a conformação da sociabilidade brasileira – “psicologia social” – não recai em chave menos autoritária, na medida em que projeta uma condição de hierarquias naturalizadas na relação entre dominantes sádicos e dominados masoquistas, forjada desde a colonização. Esse arranjo, estruturado numa lógica de correspondências subservientes entre a casa-grande e a senzala, compreenderia, para além dos intercursos domésticos, a forma modeladora da ordem social e política nacional, marcada por uma impossibilidade democrática liberal, mas compensada por uma “democracia social” dada na complementaridade ambígua entre opostos. Este repertório, também recorrente na história, propuliona um funcional fetiche de intimidade que oblitera o reconhecimento das violências presentes nessa relação, bem como alicerça a justificação social de desigualdades e a negação autoritária da fixação de direitos.

Anotando, assim, a interdependência entre disposições sociais incorporadas no cotidiano das desigualdades e a permissividade de um arranjo sociopolítico autoritário, estes autores integram o rol de matrizes que ressaltam nossa dificuldade democrática persistente em razão de nossas heranças formativas. Mas, indo além dessas balizas, estudar a conformação histórica, os arranjos estruturais e as representações sobre os escravizados na ordem social brasileira é importante exercício para conhecer as formas autoritárias socialmente ativas entre nós. Nesse sentido, *A revolução burguesa no Brasil* (1974), de Florestan Fernandes, traz uma chave interpretativa relevante acerca da participação do Brasil na ordem capitalista mundial e do lugar do negro nessa organização. Sua perspectiva acerca das engenharias estruturais condensadas no devir histórico abre lastro para a análise das opções políticas ativas na conformação de uma lógica societária autoritária, desigual e excludente.

Outro texto relevante nessa seara, por extrapolar a dimensão material, apontando as representações sociais sobre os negros no pós-escravidão, é *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século*

XIX (1987), da historiadora Célia Marinho Azevedo. Localizando a inferiorização dos negros pelas elites intelectuais oitocentistas, a autora evidencia a interconexão entre os repertórios políticos e as práticas autoritárias de intensa repressão, controle e segregação desde então exercidas sobre esse grupo, com o diferencial de focar na pesquisa a agência e o protagonismo das pessoas negras. Vê-se aí a perseverança das semânticas sociais sobre a suposta indolência negra, ainda hoje fluentes nos debates sobre acesso a direitos, e o renovo constante das “heranças escravistas” como elo de conformação autoritária que constituiu o negro como subcidadão.

Também o debatido *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), de Maria Sylvia de Carvalho Franco, é um texto digno de destaque para pensar os óbices à democracia, não só pela coragem de pautar uma narrativa concorrente acerca do processo de formação e desenvolvimento da ordem social brasileira, mas também por evidenciar a radicalidade da violência encarnada nos arranjos da conformação dessa ordem. Em meio a dinâmicas socioeconômicas e relacionais de dominação e submissão, a violência emerge como recurso de sociabilidade balizador da resolução de conflitos e gestão social, incorporado nas condutas como algo “socialmente sancionado” e valorado – repertório esse igualmente persistente nas posturas autoritárias contemporâneas, imbricado nas arquiteturas institucionais de controle e direitos.

Por serem recursos analíticos forjados em perspectiva histórica nacional, tais formulações explicativas guardam a singularidade dos processos internamente experimentados. Nesse sentido, seu alcance para pensar contextos externos parece ter limites operacionais, dadas as peculiaridades agências e contingências internas. Todavia, assumindo que a história manifesta expressões locais/regionais em processos globais, não são também de todo desconsideráveis, pois passíveis de iluminar adaptações e acomodações diferenciais.

Elide Rugai Bastos: Se as crises muitas vezes levam a que se pensem soluções alternativas aos problemas no sentido de resolvê-los, no Brasil da última década ocorreu exatamente o oposto. Os ataques à democracia

foram crescendo de tal forma que muitas das situações criadas colocaram a sociedade diante de impasses para os quais não vemos soluções claras. Os privilégios que naquele período foram concedidos a certos setores econômicos, além da desfaçatez política que se expressou publicamente, são vistos por esses atores sociopolíticos como um campo conquistado, com cobranças cada vez mais amplas, como se tivessem direitos adquiridos. Estamos, mesmo, diante de uma situação limite para encontrar apoios sociopolíticos na direção de reestabelecer desenlaces democráticos a vários problemas.

Esse despudor político visível diariamente nos últimos quatro anos, por exemplo alimentado “candidamente” nas conversas do “cercadinho” do Planalto, a meu ver não ganhou análises mais profundas, embora se constituísse, entre outras estratégias, em atitudes alimentadoras de um comportamento antidemocrático com risco de ser legitimado, naturalizado. Esse descaramento mostrou sua face aterradora nos acontecimentos de 08 de janeiro de 2023.

O cenário do qual estou apontando só um aspecto foi debatido em encontros, artigos, eventos, debates, entrevistas, conferências etc., que foram bastante produtivos (lembro os encontros promovidos pela Anpocs, pela SBPC, que tiveram alcance nacional), mas cujo perfil foi mais de denúncia do que de análise, pelo fato de os temas serem enfocados no calor da hora, limitando as possibilidades de analisar o efeito político-social das diferentes estratégias utilizadas. Mas, para minha surpresa, muitas dessas discussões consideravam que estávamos em plena democracia, pois as instituições funcionavam normalmente, desconhecendo a regressão em relação a conquistas alcançadas pela sociedade brasileira: combate à desigualdade das condições de competição; a criminalização da discriminação racial; os avanços, embora poucos, em relação à questão ambiental; as medidas protetivas em relação à população indígena e aos povos da floresta, entre outras, que iam na direção do cumprimento dos direitos humanos. Esses avanços não foram só congelados, mas também desqualificados, assim como seus defensores. As políticas culturais importantes para o crescimento dessa discussão e da cobrança do cumprimento dos direitos

conquistados foram arrasadas, inclusive com o Ministério da Cultura transformado em mera Secretaria.

Sei que só aponte fatos muito conhecidos, mas o fiz para ancorar minha posição a respeito do que considero importante para pensarmos o momento atual. Não estou dizendo que essa regressão deixou de ser objeto de estudos. Excelentes pesquisas sobre a temática foram feitas, mas precisam ganhar maior divulgação e ser articuladas em um quadro mais geral da sociedade brasileira. Essa comparação evitaria uma visão fragmentada dos problemas e a comparação daria conta da dinâmica da sociedade. Ressalto uma delas, mais ampla, sem identificá-la. Nela, foram relacionados documentos que demonstram as ilegalidades cometidas por setores governamentais no período citado; aguarda publicação e ampla divulgação, por isso temos que esperar um pouco. De todo modo, creio estar claro que uma análise somente institucional é insuficiente para discutirmos a questão democrática. Sem um estudo acurado sobre a composição da sociedade, a estrutura e as possibilidades de agência, o peso das representações sobre os conflitos no comportamento da população e o processo de reprodução, não é possível dar conta tanto das mudanças sociais como da permanência de elementos que operam na reprodução do *status quo*.

Sei que é um objetivo muito amplo e que requer esforços coletivos. Aponto um livro publicado em 2019 que coloca como eixo esse objetivo: *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*, de André Botelho. O autor propõe a retomada das dinâmicas da vida social para a reflexão dos processos políticos. Ou seja, para edificar instituições democráticas o retorno à noção de sociedade como eixo da análise, compreendendo seu funcionamento – formas de solidariedade, participação social e seu papel na constituição das ações coletivas – é fundamental para pensar a relação Estado-Sociedade. Aponta como alguns autores clássicos do pensamento brasileiro operaram nessa direção, mostrando como esse procedimento, levando em consideração as mudanças ocorridas, pode iluminar tanto o conhecimento da sociedade brasileira contemporânea, como estender a proposição para problemas similares em outras sociedades.

João Marcelo Maia: Esta é a pergunta mais difícil, por dizer respeito ao próprio estatuto epistêmico do que seja o tal “pensamento social brasileiro”. Ele é um acervo de textos clássicos escritos décadas atrás *ou* um campo contemporâneo construído na mediação com tais textos? Se for o primeiro caso apenas, a tarefa de recuperar as categorias analíticas criadas em outros contextos históricos para pensar problemas atuais me parece bem mais complexa. Mas, se estivermos falando do exercício teórico contemporâneo que parte de pesquisas que interpelam esse acervo clássico, o cenário se torna mais produtivo e fértil, embora não exatamente simples. Afinal, essa tensão entre “pensamento” e “teoria” é uma questão não muito bem resolvida ainda, e um sintoma da dificuldade de mobilizarmos os achados do campo para estudar questões não restritas ao caso brasileiro (MAIA, 2009; LYNCH, 2013).

Começo pela segunda pergunta que vocês fazem, pois ela tem me preocupado especialmente. Em artigo recente explorei o potencial do pensamento social à luz dos desafios trazidos pela pandemia da Covid-19 (MAIA, 2022). Nesse texto, argumentei que parte significativa da teorização sociológica sobre as tensões entre o cultivo das liberdades individuais e o incremento dos poderes estatais de vigilância sanitária ainda é muito eurocentrada, pois construída a partir da experiência civilizatória do Velho Continente. Em seguida, propus que tomássemos o pensamento brasileiro como uma forma de imaginação periférica – ideia já sustentada muitos anos atrás por Maria Alice Rezende de Carvalho – que nos inspira a repensar as articulações entre sociedade, Estado e organizações à luz de outras matrizes intelectuais, seguindo um movimento recente de teorização sociológica que tenta recuperar as experiências do Sul Global. Foi mais uma tentativa de trazer a nossa área para fora do Brasil, por assim dizer.

No que se refere à contribuição do pensamento social para temas brasileiros contemporâneos, o caminho – ao menos em tese – é mais curto. O fenômeno do bolsonarismo, por exemplo, recorre a uma gramática da “liberdade” que demanda maior compreensão por parte dos estudiosos, e talvez o acúmulo de pesquisas no campo do pensamento político brasileiro possa informar esse exercício de refletir sobre as particularidades históricas dessa combinação entre aventura e predação, bem como sobre

seu enraizamento cultural no país. Penso, em especial, nos trabalhos de Jorge Chaloub (2016) e Christian Lynch (2016).

Ainda no que se refere à primeira pergunta, acho que a área cumpre uma função muito importante no cenário cultural contemporâneo, que é adensar os termos dos debates evidenciando as matrizes intelectuais que forjaram nossas conversas sobre o Brasil. Isso é feito por meio do trabalho de pesquisadores que retornam a autores, obras e processos culturais que forjaram as discussões brasileiras sobre identidade, nação e hierarquias sociais, com o objetivo de contribuir com ideias e argumentos para as controvérsias atuais sobre racismo, democracia e desigualdades. O já citado trabalho conjunto de André Botelho e Maurício Hoelz (2022) sobre Mário de Andrade e o modernismo como movimento cultural pode ser entendido como uma intervenção nesses debates, apresentando uma hipótese sobre a possibilidade de um projeto democrático de nação que trabalhe de forma pulsante as diferenças, sem anulá-las ou integrá-las de modo homogeneizante. Tal poder de intervenção também é visível nos trabalhos de Lilia Schwarcz, uma pesquisadora muito identificada ao campo. Sua biografia sobre Lima Barreto é peça central nos debates contemporâneos sobre o lugar desse autor no cânone da literatura brasileira e o significado da sua negritude na fatura da obra (SCHWARCZ, 2017).

Lilia Schwarcz: Impossível elencar aqui todos os textos que podem iluminar os dilemas e as crises recentes enfrentadas pelo país – até por limites de espaço: 400 a 600 palavras, como pedem os organizadores do simpósio, não dariam nem para o início. São tantas e tão divergentes as obras que tratam desse tema urgente, que a intenção já sairia fadada ao fracasso, pois premida pela incompletude. Destacaria a importância dos textos de Sociologia, de Ciência Política e Antropologia que vêm enfrentando as limitações dessa nossa democracia falha, que não acaba de incluir segmentos fundamentais e majoritários da nossa sociedade.

Penso que nunca a área foi tão desafiada no sentido de se reinventar para incorporar não apenas temas clássicos – como democracia, República, Estado e cidadania – como para incluir novas categorias que vêm do feminismo negro (como interseccionalidade), dos movimentos indígenas

(como aldeamentos), da crítica de uma maneira geral que explora os apagamentos do arquivo colonial, da literatura dos assim chamados “subordinados”, que introduziu uma série de conceitos fundamentais nessa sociedade que precisa se abrir para a pluralidade.

Acredito, também, que em uma área como a de pensamento social, os estudos sobre autoritarismo precisam ser revisitados, para dar conta dessa nova realidade dos populismos digitais, das redes sociais, das *fake news* e das novas formas de totalitarismo, inspiradas por uma nova extrema direita, retrógrada e reacionária.

Por outro lado, ainda, é preciso explicar a interface com a pandemia, que trouxe para a área novas questões e problemas; tanto na maneira como realizar pesquisas (remotamente), como nas formas de lidar com áreas vizinhas: a psicologia e a psiquiatria com a noção de trauma, a medicina e a epidemiologia.

Conforme anunciei a princípio, meu espaço acabou e não cheguei nem ao menos ao início da questão – que fica assim, na sua incompletude que é sempre produtiva.

Mário Medeiros: Os direitos civis, sociais e políticos dos sujeitos sociais, a construção do Estado, as lutas pelas conquistas da cidadania e o direito a ter direitos colocam o Brasil na história do mundo moderno, como produto e produtor dela. Internamente, isso sempre foi uma questão entre o pensamento conservador e progressista no Brasil. Nos intervalos democráticos da República, a reflexão sobre a crise da democracia ou os conflitos inerentes a ela são constantes. Dois textos clássicos podem ser recordados aqui, como os de Florestan Fernandes (“Existe uma crise da democracia no Brasil?” [1954]) e Wanderley Guilherme dos Santos (*Ordem burguesa e liberalismo político* [1978]); ou alguns que podem soar estranhos à área, mas não às possibilidades de atualização do debate atual, como os de Antônio Flávio Pierucci (“As bases sociais da nova direita” [1987]) e Lélia Gonzalez (“Racismo e sexismo na cultura brasileira” [1984]).

Além deles, nos temas que me interessam particularmente, recordaria também Alberto Guerreiro Ramos (“Patologia social do branco brasileiro” [1955]), Abdias do Nascimento (*O genocídio do negro brasileiro*

[1978] e *O quilombismo* [1980]), Virgínia Leone Bicudo (“Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” [1945]) e Clóvis Moura (“*Rebeliões da Senzala* [1959]). Todos são importantes para debates contemporâneos e aparentemente novos sobre branquitude, antirracismo, ativismo político e intelectual negro, violência racial e crítica à democracia racial. Sugiro-os não no sentido de arqueologia das ideias, mas de mostrar questões contínuas e descontínuas do processo social e de sua avaliação crítica das fraturas da República e das lutas por direitos, bem como da movimentação dos sujeitos de maneira conservadora, reacionária, progressista ou emancipatória.

4) A dimensão da reflexividade atravessa de forma marcante as Ciências Sociais em um sentido mais amplo, e o pensamento social brasileiro em particular. Quais são os desafios temáticos em aberto na contemporaneidade para as pesquisas do pensamento social brasileiro? Como você enxerga o futuro da área?

André Botelho: Retomando pontos destacados em respostas anteriores, penso que a agenda de pesquisa aberta à área do pensamento social envolve desafios que nem sempre são simples de compatibilizar: questionamento e ampliação do cânone assentado, já que felizmente novos atores sociais estão se transformando também em autores, de um lado. De outro, a produção de visões de conjunto sobre a sociedade que, dado o sentido relativamente fragmentário da especialização acadêmica, cabe, hoje, quase exclusivamente à nossa área no conjunto das Ciências Sociais. As transformações sociais que vivemos, como também afirmei anteriormente, vão exigir cada vez mais visões de conjunto e, conseqüentemente, mais da agenda de pesquisa do pensamento social também pela capacidade que a área vem demonstrando em relacionar passado e presente da sociedade e em mobilizar criativamente a perspectiva de processo e reflexividade social. Mas, enfim, o futuro da área será o que fizermos dela, mas não necessariamente como queremos!

Arilda Arboleya: O debate sobre desigualdades e diferenças no arranjo da produção do conhecimento alcançou o pensamento social brasileiro

tocando as lógicas desiguais e excludentes presentes em suas próprias práticas. Ou seja, essa reflexão repercutiu como tensionamento da construção canônica do campo (que recorrentemente marginalizava produções de mulheres, negros/as e de regiões tidas como periféricas), questionando as desigualdades internamente naturalizadas.

Acerca do pensamento social produzido por mulheres, apesar dos avanços alcançados nesse fluxo de criticidade, evidenciados na proliferação de estudos que investem popularizá-los, há ainda muito por fazer. Trata-se de uma pauta com fôlego e relevância cuja expansão demanda pesquisas que desvelem as formas diversas de explicar a ordem social brasileira empreendidas por intelectuais mulheres. Esta temática se investe, assim, de alargado potencial para as discussões epistemológicas na área, contribuindo para a desnaturalização de determinados sujeitos e determinados lugares como produtores imanentes de conhecimentos válidos, ao mesmo passo em que o renega aos seus diferentes.

Isso é também válido para o pensamento negro que, embora venha alcançando projeção inédita pela força e resistência dos movimentos sociais e intelectuais da negritude, ainda é carente de enraizamento amplo na agenda de pesquisa e na rotina acadêmica. Há, também nessa temática, muitas possibilidades de expansão, especialmente se a prática da pesquisa assumir instrumentos e atores não convencionais para o estudo da circulação de ideias, concorrendo para a ruptura dos escalonamentos cognitivos estruturados pelos escalonamentos sociais dos corpos inferiorizados.

Outro nicho de pesquisa também relevante, porém menos problematizado, é o da produção/circulação de ideias nas diferentes regiões do país, tomada em correlação com as configurações dos contextos locais e com as condições de enraizamento, interação e desenvolvimento do conhecimento acadêmico nelas. Tal exercício pode oferecer importantes elementos para a análise dos condicionantes da sociabilidade democrática e da racionalidade universalista. Assumir essa agenda, todavia, é se abrir ao questionamento dos condicionantes constitutivos dos cânones e da identidade peculiar do campo, acrescentando criticidade à conformação dos marcadores de centralidade e relevância que o ajustam.

Desde a malfadada posse de Michel Temer e sua arbitrária reorganização do modelo educacional brasileiro, também o tema Educação voltou a reclamar lugar de destaque no pensamento social brasileiro, dado seu potencial de captura dos modelos de racionalidade e comportamento – de sociedade, como um todo – postos em circulação. Cabe, assim, reconhecer, a despeito das condições objetivas dos estabelecimentos de ensino, que os significados sociais atribuídos à educação são de elevado valor heurístico para a compreensão dos fluxos ideológicos em disputa em um dado contexto, e concorrem no esforço de construção da realidade social. Trata-se, pois, de objeto privilegiado para a análise das formas de pensar politicamente e dos endereçamentos práticos que elas desenham.

Juntaria, ainda, a esse leque de temas desafiantes do campo, os repertórios de disseminação de medos sociais que alimentam lógicas autoritárias, as correlações com outras ambiências latino-americanas, e os mecanismos audiovisuais de circulação de ideias na contemporaneidade.

Essa área detém grande lastro e terá ainda vida longa nas Ciências Sociais brasileiras, potencialmente abrindo-se cada vez mais às análises de outras formas de circulação de ideias e à incorporação de outros atores delas produtores, assim pluralizando sua definição estabilizada e a ponderação de suas dinâmicas de agitação, bem como expandindo suas estratégias de objetivação de resultado. Mas, apesar desses potenciais renovadores, dado o curso societário e os repertórios ideológicos fluentes, a “democracia” deve permanecer como esteio dos diversos nichos de estudo do pensamento social brasileiro.

Elide Rugai Bastos: Estamos diante, novamente, de um tema complexo, que atravessa a própria história das ciências humanas. A questão da reflexão individual foi o grande tema da Filosofia, das Ciências Sociais e da Psicologia ao longo dos anos, assentada na discussão sobre a razão. A questão de reflexividade ampliou a abordagem. Ganhou sentido coletivo, por isso sociólogos como Ulrich Beck, ao discutir os grandes problemas do mundo contemporâneo, os engloba na expressão *modernização reflexiva*. Assim, não só o sentido racional funda a análise, mas o aspecto ético se impõe. Ilustro com o tema da questão ambiental. A ideia de que todos

somos responsáveis pela preservação da natureza para a sobrevivência da humanidade, ou ainda, de certos grupos afetados pela destruição de seu *habitat*, coloca-nos diante da eleição do tipo de desenvolvimento econômico a ser adotado. Como podem ver, na resposta dada à segunda questão, a tensão vida e pensamento é antiga, mas se trata de um dilema a enfrentar tanto na análise como na formulação de agendas de políticas públicas.

Acrescento alguns elementos que fazem parte da discussão mais geral sobre reflexividade, sem sugerir que esses aspectos esgotam o assunto. É importante verificar que a retomada dos princípios da modernidade faz parte desse quadro, mesmo após serem considerados superados. Sua formulação – liberdade, igualdade e solidariedade – sofreu desgaste forte em sua aplicação apenas formal. Solidariedade ainda é vista por muitos, como o foi a palavra fraternidade, não no seu sentido político como princípio ordenador da sociedade, mas como “caridade”. Assim, lembrar a corresponsabilidade moral diante de problemas é um passo no fortalecimento de seu verdadeiro sentido político.

A ideia de interação, base das relações humanas, também ganhou sentido alargado. Não mais a interação face a face serve de base para o princípio de solidariedade. Exemplifico: a difusão mundial pela televisão da morte do cidadão afro-americano sufocado pelo joelho de um policial branco levou a que não se considerasse o racismo como um fenômeno “natural” e se colocasse o problema de legitimação da existência de “cidadãos de segunda ordem”. Em outras palavras, o fato “entrou pela nossa sala” e seu absurdo teve que ser registrado, mesmo que não tivesse o mesmo significado para todos.

Sendo o “mundo da vida” não igual para todos, a nova ótica desafia o pensamento social a enfrentar essa particularidade. A desigualdade de direitos, que sem dúvida é o grande problema contemporâneo, no Brasil tem uma longa história que explica, e para alguns justifica, essa assimetria. No final dos anos 1950 e início de 1960 a discussão ganhou corpo principalmente via movimentos sociais que pediam extensão dos direitos trabalhistas à população agrícola. Nesse mesmo período, Florestan Fernandes abordara em vários textos um aspecto central

dessa particularidade, indagando: o que é fazer Sociologia em um país localizado na periferia do capitalismo? A pergunta coloca um dilema aos pensadores brasileiros ao longo dos anos, pois obriga a colocar no cerne da pesquisa os efeitos dessa condição sobre os problemas. Exatamente nesse período a fronteira econômica do país se estendeu, incorporando indígenas, posseiros, povos da floresta, expondo à violência diante da incontrolada ocupação de terras. Hoje, os efeitos desse cenário são claros e objeto de discussão muitas vezes defendendo ações ilegais. Diante disso, uma das vertentes a serem exploradas pelo pensamento brasileiro é estudar a compatibilização entre o mundo da vida daqueles que tanto foram prejudicados e a institucionalização de medidas que favorecem os privilegiados. Retomar a história brasileira como um todo, mas não se esquecendo dos efeitos de uma modernização não reflexiva. Creio que tomando esse caminho o pensamento social brasileiro estará em pleno diálogo com o mundo.

João Marcelo Maia: De certa forma, essa pergunta dialoga diretamente com a pergunta anterior. Acho que há alguns desafios muito instigantes que nossa área enfrenta, e que dizem respeito às próprias possibilidades de sua continuidade como um campo integrativo e interdisciplinar com grande centralidade nas Ciências Sociais. Penso em três grandes desafios.

Em primeiro lugar, as críticas feitas ao cânone cultural brasileiro atingiram em cheio a área, pois elas questionam tanto o conjunto restrito de vozes e discursos que falam sobre o país, como a própria possibilidade de narrar de forma organizada esse objeto chamado “Brasil”. E, como mostra a bela pesquisa de Alejandra Josiowicz e Antonio Brasil (2019), boa parte dos estudos no campo ainda se foca num conjunto restrito de autores homens e brancos, denotando certa dificuldade em acompanhar esse movimento crítico. Em texto sobre a relação da área de pensamento social com os historiadores (MAIA, 2021), apontei trabalhos interessantes que vêm tentando estabelecer uma mediação entre essas críticas e as perspectivas analíticas do pensamento social, o que configura um promissor movimento de abertura que demanda maior investimento intelectual e coletivo.

Em segundo lugar, há o desafio da especialização nas Ciências Sociais, fenômeno que não é novo, mas que vem se acelerando mais e mais. Muitos temas que eram anteriormente abrigados no vasto campo do pensamento social, como a História das Ciências Sociais e a Sociologia da Cultura, já têm seus próprios grupos de trabalho na Anpocs e na SBS, sinalizando um processo de diferenciação e complexidade que pode acirrar a competição por atenção no espaço intelectual. Além disso, alguns problemas intelectuais específicos, como a circulação do conhecimento, estão em vias de se constituírem como áreas novas, mesmo que ainda careçam de fronteiras específicas e bem definidas. Mais uma vez, basta consultar a programação da Anpocs para verificar tais tendências.

Finalmente, um terceiro desafio é representado pelo processo de internacionalização que afeta a ciência brasileira, e que implica desafios particularmente complexos para a área de pensamento social. Em algumas especialidades, como nos estudos urbanos, ou nas pesquisas sobre instituições políticas, por exemplo, os temas, as agendas e mesmo os estilos de trabalho viajam bem, permitindo aos pesquisadores estabelecer mediações produtivas entre suas agendas locais e os debates tidos como “internacionais” (que, em muitos casos, são diálogos locais travados em países hegemônicos, o que os converte instantaneamente em “internacionais” – mas essa é outra discussão). Porém, no caso do pensamento social, tais mediações são muito mais difíceis, seja pela centralidade conferida em nossa área ao horizonte do Estado-Nação, seja pela forma de trabalhar teoricamente a partir de um denso mergulho em debates e controvérsias específicas do universo político-cultural brasileiro (MAIA, 2017). Mesmo assim, acredito que haja um lugar relevante a ser ocupado por nossa área nesse processo de internacionalização. Refiro-me ao movimento de descentramento teórico que vem sendo promovido em diferentes quadrantes das Ciências Sociais ao redor do mundo, e que conhecemos por diferentes nomes, como pós-colonialismo, decolonialismo, Teorias do Sul etc. Esse movimento heterogêneo ainda se ressentido de maior engajamento com as tradições sociológicas latino-americanas e com a história intelectual em nosso canto do planeta, e

creio que os pesquisadores de nosso campo têm muito a contribuir para a construção dessas pontes.

Lilia Schwarcz: Julgo que essa questão já está basicamente contemplada nas anteriores e não pretendo me repetir. O conselheiro Ayres, grande personagem da galeria de tipos de Machado de Assis, costumava dizer que “as coisas só são previsíveis quando já aconteceram”. Pois bem, é difícil prever o futuro, mas se pudesse dar o meu pitaco diria que a área tende a ser chacoalhada por outras insurgências, por processos de racialização, que colocarão em questão, insisto, de maneira saudável, tanto a produção já existente como a que está por vir, incluindo setores menos representados em nossas pesquisas.

Esse movimento antropofágico, aliás, faz parte da nossa área, que nunca teve medo de se repensar e reinventar, a partir de novas temáticas, novos agentes, novos tempos. Louvo assim a atividade reflexiva que o simpósio propõe, fundamental para a consolidação e maturidade de uma área, cuja essência está em incluir, sempre, novos tempos e gerações, que trazem consigo novas questões, metodologias e questionamentos também.

Mário Medeiros: Com as melhores perspectivas. Estudar o Brasil, o Brasil no mundo se mostra, como sempre, uma contínua necessidade e imposição. Depois de quatro anos de governo de ultradireita e adesão explícita considerável da sociedade a ideias racistas, machistas, homofóbicas, transfóbicas, anticientíficas, antidireitos etc., estudar as formas contemporâneas do pensamento (ultra)conservador se fazem urgentes, na mesma medida que estudar as mudanças sociais, os movimentos e ideias progressistas de mudança social. O dilema é velho e se renova, as mudanças sociais, a reação às mudanças, o reacionarismo e o progressismo das ações e das ideias, que devem ser estudados por nós. Como escreveu Gildo Marçal Brandão (2007), se não o fizermos, quem o fará? Há um excesso de nacionalismo nisso? Talvez. Mas não deixa de ser verdade. O nosso desafio é permanecer relevante, conferir sentidos à prática científica e analisar as forças das ideias e das ações dos sujeitos que fazem a História, nem sempre como querem.

SOBRE AS/OS PARTICIPANTES:

André Botelho é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma universidade. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. É um dos coordenadores da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS). Foi Presidente da Anpocs (2021-2022) e publicou mais de 15 livros na área do pensamento social, como autor e como organizador, entre os quais se destacam as publicações mais recentes: *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil* (2019) e *O modernismo como movimento cultural: Mário de Andrade, um aprendizado* (com Maurício Hoelz, 2022). Já publicou artigo na *Temáticas* e foi entrevistado para falar sobre a experiência da BVPS em dossiê sobre o pensamento social brasileiro (n. 43/2014).

Arilda Arboleya é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2017). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí e integra o Grupo de Pesquisa Pensamento Social, Intelectuais e Circulação de Ideias (UFPR/CNPq). Vem publicando diversos artigos na área de pensamento social, entre eles “Usos políticos e significados sociais da educação nos anos 1930: expedientes portugueses e brasileiros” (2023), “Democracia, justiça e progresso na representação social dos brasileiros médios: velhos dilemas em crises recentes” (2019), e as coletâneas *Trajetórias de vida e Pensamento social: métodos e práticas de pesquisa* (2021) e *Futuro do pretérito: o Brasil segundo suas Constituições* (2019). Já publicou artigos na *Temáticas* e organizou o dossiê “Mulheres intérpretes do Brasil” (n. 59/2022).

Elide Rugai Bastos é doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985). É Professora Titular (aposentada) de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Tem ampla experiência

na área de pensamento social brasileiro, tendo organizado inúmeras coleções na área e formado dezenas de pesquisadores. É autora dos livros *As Ligas Camponesas* (1984), *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico*. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno (2003) e *As criaturas de Prometeu*. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira (2006). Deu apoio institucional à *Temáticas* quando a revista foi criada e foi entrevistada para o dossiê “Interpretações do Brasil e dilemas contemporâneos” (n. 47/2021).

João Marcelo Maia é doutor em Sociologia pelo IUPERJ (2006). Atualmente é Professor Associado da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC), onde coordena, juntamente com Bernardo Buarque de Holanda, o Laboratório de Pensamento Social (LAPES). Entre seus trabalhos mais relevantes na área de pensamento social, podem-se citar os livros *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro* (2008) e *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central* (2012) e os artigos “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa” (2009) e “História da Sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro” (2017). É membro do conselho editorial nacional da *Temáticas* desde 2018.

Lilia Schwarcz é doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1993). É Professora Sênior do Departamento de Antropologia da USP e atualmente Visiting Professor na Princeton University. Publicou vários livros, entre eles: *Retrato em branco e negro* (1987), *Espectáculo das raças* (1993), *As Barbas do Imperador* (1998), *Um enigma chamado Brasil* (com André Botelho, 2009), *Brasil uma biografia* (com Heloisa Starling, 2015), *Dicionário da escravidão e da Liberdade* (com Flavio Gomes, 2018); *Lima Barreto triste visionário* (2017); *Sobre o autoritarismo no Brasil* (2019), *Enciclopédia Negra* (com Flávio Gomes e Jaime Lauriano, 2021) e *O sequestro da independência* (com Lúcia Stumpf e Carlos Lima, 2022). É membro do conselho editorial nacional da *Temáticas* desde 2018.

Mário Medeiros é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2011). Atualmente é Professor Livre Docente do Departamento de Sociologia da Unicamp, atuando principalmente nos temas pensamento social brasileiro, literatura e sociedade, intelectuais negros, memória social. Autor dos livros *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)* (2008) e *A descoberta do Insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil (1960-2000)* (2013). Co-organizador das obras *Polifonias Marginais* (2015) e *Rumos do Sul: periferia e pensamento social* (2018). Já publicou na revista *Temáticas*.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Um grão de sal: autenticidade, felicidade e relações de amizade na correspondência de Mário de Andrade com Carlos Drummond. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 7, n. 16, pp. 174-185, 2014. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/846/501>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. Pensamento brasileiro e Sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo social*, v. 16, pp.107-118, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/xrkMvpyvRv-4q8RhSGzZMrxc/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- BASTOS, Elide Rugai. Octávio de Faria e a tragédia burguesa. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 273-310.
- BELINELLI, Leonardo; HELAYEL, Karim. Teoria, história e política em Fernando Henrique Cardoso (1969-78). *Novos estudos CEBRAP*, n. 41, pp. 253-271, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/DvZWQd4qPRRqmxq5kmbRDJ/>>. Acesso em 01 jun. 2023.

- BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, v. 50, n. 1, pp. 49-82, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/QzTp5ghxcmfRTTtPv4YQbTb/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BOTELHO, André; BRASIL JR., Antonio. A revolução burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. In: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, pp. 7-19.
- BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. *O modernismo como movimento cultural: Mário de Andrade, um aprendizado*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhas do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- BRASIL JR., Antonio; JACKSON, Luiz Carlos; PAIVA, Marcelo. O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 91, pp. 1-38, 2020. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/499/474>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- BRASIL JR., Antonio; CARVALHO, Lucas. Por dentro das Ciências Humanas: um mapeamento semântico da área via base SciELO-Brasil (2002-2019). *Revista De Humanidades Digitales*, n. 5, pp.149-183, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uned.es/index.php/RHD/article/view/27687/22267>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: REVAN, 1998.

- CHAGURI, Mariana. *O Romancista e o Engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930*. São Paulo: Anpocs / Hucitec, 2009.
- CHAGURI, Mariana; SILVA, Mário Medeiros da. Sentidos da crise: literatura e processos sociais em *Fogo morto* e *Cidade de Deus*. *Lua Nova*, n. 91, pp. 169-197, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HsnZNPfcJCMJxRDT4hGJfDt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- IANNI, Octavio. Crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 13, 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/13/rbcs13_05.pdf>. Acesso em 01 jun. 2023.
- JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GATO, Matheus. “Ninguém quer ser um treze de maio”: Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903-1907). *Novos estudos CEBRAP*, n. 37, pp. 117-140, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/b4nwR3H7m7y6d3qbFRh6w3v/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- JOSIOWICZ, Alejandra; BRASIL JR., Antonio. Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS). *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 16, pp. 5-28, 2019. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/459/pdf_17>. Acesso em 01 jun. 2023.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: representações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan. 1999.

- LYNCH, Christian. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, pp. 75-119, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/Dkz6m46wRKBXXw94ZhGVH8y/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, n. 56, pp. 727-767, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/R457fqP9L4TkD9KpYtT8bnm/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- MAIA, João Marcelo. Pandemia, teoria social eurocêntrica e pensamento social no Brasil. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 18, n. 1, pp. 60-80, 2022. Disponível em: <<https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/204/207>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- MAIA, João Marcelo. O Pensamento Social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 36, pp. 509-534, 2021. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1721/959>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- MAIA, João Marcelo. Costa Pinto em dois tempos: os efeitos periféricos na circulação de ideias. *Tempo Social*, n. 31, pp. 173-198, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/ByBXJ6LdFFFJFkV-fkqCGgLXh/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- MAIA, João Marcelo. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology*, v. 62, n. 7, pp. 1097-1115, 2014. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0011392114534422>>. Acesso em 01 jun. 2023.

- MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, pp. 155-196, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6qKTrNgnJwTmCVTgQr8QwBR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da C. “For the establishment of the social disciplines as sciences”: Donald Pierson e as ciências Sociais no Rio de Janeiro (1942-1949). *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 2, pp.343-380, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/4vQfTf7YrdBpx7kzfTQmNwr/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, Sérgio. *Nacional Estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MONTEIRO, Pedro Meira. As raízes do Brasil no espelho de próspero. *Novos estudos CEBRAP*, n. 83, pp. 159-182, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/LKJHDsV3n8h9VvykttG5QBg/?lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira? (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Brasília: Capes, 1999.
- SCHWARCZ, Lília. *Lima Barreto – triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lília. *O Sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. Pensamento brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, n. 82, pp.11-16, 2011a. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/BJwVR8PJxvRNV-GHs5yn7z9x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 01 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, pp. 139-159, 2011b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/KxjwYKtxfw7cDt7v8P35ZNq/>>. Acesso em 01 jun. 2023.

TRESOLDI, Maria Caroline M. *Crítica cultural como “esporte de combate”*: notas sobre o ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1090289>>. Acesso em 01 jun. 2023.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Forma Privilegiada*. A arte concreta no Rio de Janeiro de 1946 a 1959. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022.

Texto recebido em 01/06/2023 e aprovado em 18/07/2023